

# A MATERIALIZAÇÃO DO SADISMO: ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA DOS CENTROS CLANDESTINOS DE DETENÇÃO DA DITADURA MILITAR ARGENTINA (1976-1983)<sup>1</sup>

Andrés Zarankin<sup>2</sup>  
Claudio Niro<sup>3</sup>

**RESUMO:** O artigo, a partir de um nível teórico e do relato de experiências reais sofridas por um dos autores, apresenta uma síntese da história das instituições punitivas na sociedade ocidental e um panorama geral do funcionamento da repressão durante a ditadura militar argentina, abordando, em seguida, a arquitetura e a organização espacial dos Centros Clandestinos de Detenção, mais precisamente o CCD Club Atlético, e seus efeitos sobre os corpos e mentes dos detidos.

**Palavras-chaves:** Ditadura. Tortura. Centros clandestinos de detenção. Arqueologia. Justiça de transição.

**ABSTRACT:** The article, from a theoretical level and reports of real experiences suffered by one of the authors, gives an overview of the history of punitive institutions in Western society and an overview of the operation of repression during the military dictatorship in Argentina, addressing then the architecture and spatial organization of clandestine detention centers, more precisely the CCD Athletic Club, and its effects on bodies and minds of the detainees.

**Keywords:** Dictatorship. Torture. Clandestine detention centers. Archeology. Transitional justice.

<sup>1</sup> O presente artigo foi originalmente publicado em FUNARI; Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberioni dos (Org). Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980). Annablume/Fapesp, 2008. As figuras nele contidas foram retiradas para que o artigo fosse adaptado aos propósitos da REID. No texto original, os autores expressam agradecimentos, especialmente: a Comissão de Trabalho e Consenso do Club Atlético; a Melisa Salerno por sua ajuda com as figuras do artigo; e a Maria Ximena Senatore por sua leitura crítica e sugestões.

<sup>2</sup> Dipa-Imhichu-Conicet e professor-visitante do NEE-UNICAMP (Fapesp).

<sup>3</sup> Estudante do Curso de Ciências Antropológicas – Universidade de Buenos Aires (UBA) e ex-detido desaparecido.

*“Quem nunca esteve em um campo concentração, jamais poderá entrar ali, imaginar o que significa e, quem esteve, nunca poderá sair de todo”.*

Daniel M, sobrevivente do Clube Atlético (2002:10)

## Um dia no El Vesubio

Em 9 de maio de 1978, em horas da madrugada, a bordo de um Ford Falcon, cheguei ao centro clandestino de detenção conhecido como El Vesubio. Estava localizado no Camino de Cintura, na Auto-estrada Richieri, bairro La Matanza. Quatro indivíduos, sob as ordens de Suárez Mason, me tiraram do carro, encapuzado, com as mãos algemadas pelas costas, enquanto me insultavam e me golpeavam, conduzindo-me para uma casa. Dentro da mesma, me colocaram de pernas abertas, junto a uma parede. Enquanto isso, me obrigaram a apoiar a cabeça no muro. Vários torturadores me brindaram com patadas nos testículos e me insultaram. Dito procedimento chamaram de “el ablande”. Consistia em um método de acovardamento do prisioneiro, anterior ao ingresso na sala de tortura.

Todos estes fatos aconteciam na casa 3, dado que o centro clandestino constava de três locais. Cada um destes estava destinado a distintas funções. Na casa 1 estava a chefatura, sede do comando e morada do encarregado de campo. Na casa 2 se encontravam os “quirófanos ou enfermarias”, isto é, as salas de torturas. A casa 3 era o lugar das celas de detenção ou “cuchas”.

As “cuchas” eram uns cubículos, de um por dois metros, onde estávamos, umas quatro ou cinco pessoas encapuçadas, algemadas nos braços e nas pernas e, por sua vez, algemadas umas nas outras. Quando recém chegávamos nas “cuchas” nos obrigavam a tirar as roupas e nos entregavam uns uniformes marrons que todos devíamos vestir. Através deste procedimento nos faziam perder, junto com a roupa, os últimos rastros de nossa vida exterior.

No princípio reinava um total desconcerto entre nós. Não sabíamos onde estávamos e nem o que ia suceder com nossas vidas. Na primeira semana não comi nada, em razão do asco que me dava ao que nos davam (guisados urinados pelos guardas) e pela forma em que nos faziam comer (devíamos comer de uma panela imensa, tomando o alimento com as mãos). Passada a primeira semana, a fome me fez comer tudo.

Um companheiro, seqüestrado desde muito tempo, era quem nos subministrava a água e a quem chamávamos de “Hueso”. Este companheiro era a única pessoa a quem podíamos ver enquanto levantávamos os capuzes, no caso de não se encontrar nenhum guarda dando voltas. Isto acontecia em poucas ocasiões, dado que os guardas estavam vigiando constantemente.

Dado que havia um pequeno furo no capuz (seguramente o mesmo capuz que havia sido usado por outros companheiros, em muitas oportunidades, devido ao cheiro que desprendia) pude observar através do mesmo e reconhecer a Auto-estrada Richieri e os coletivos da Linha 86, por meio de uma janela que se encontrava no que, provavelmente, havia sido um antigo refeitório na casa 2.

A partir do tempo que suportamos nas ‘cuchas’ e da relação com “Hueso” começamos a conhecer o lugar, pelas descrições que ele nos fazia. Deste modo, nos inteiramos que a comida vinha do quartel de La Tablada, carregada em uma camionete, para logo ser deteriorada no El Vesubio. Também nos contou que os captores nos consideravam “**perejiles**”<sup>4</sup>, pois havíamos sido seqüestrados nos colégios Carlos Pellegrini e Juan José Paso. Explicou-nos que, na casa 2, estava a sala de tortura e os quirófanos. Algumas vezes nos conseguia comprimidos roubados para acalmar a dor dos golpes.

Enquanto sucedia tudo isto, lá fora, era o Mundial de 78. Então, alguns verdugos viam os jogos por vários televisores e algumas companheiras os viam com eles. Igualmente, as mulheres estavam detidas em ‘cuchas’ separadas dos homens. Também sabíamos que as faziam

<sup>4</sup> Termo usado para referir-se a pessoas sem importância, que não tem poder. Neste texto, algumas palavras que estão em negrito são gírias oriundas de um contexto discursivo de repressão e de tortura, por isso, são mantidas na grafia original em espanhol.

realizar tarefas de ordem doméstica, no campo de detenção.

*Os guardas procediam de duas escolas do exército: Lemos e Cabral. Muitos deles eram do litoral e escutavam, seguidamente, chamamé. Estes costumavam nos insultar com consignas racistas, aos companheiros que identificavam como judeus e a todos em geral.*

*Recordo-me que estava com duas pessoas que haviam caído, novas. Começamos a falar como podíamos e, claro,.... não falavam de comida nem nada. Falavam da Revolução Russa. Eu não podia acreditar. Emocionou-me estar falando de tais assuntos no meio deste lugar. Os tipos queriam me captar para o trotskismo. Depois me pus feliz, por um lado. Se os tipos estavam aí, e eu podia escutar a palavra Trotski e a palavra Lênin, ainda havia esperança. Todavia, eles não me puderam captar!*

*A sala de tortura era uma habitação coberta com telgopor e, escrita com cigarros, havia uma frase que dizia: “se o sabe cante, senão agüente”. As paredes de telgopor estavam manchadas de sangue. Havia um balde com água e uma foto de Hitler pendurada, debaixo da qual dizia: Heil Hitler. A mesa era uma mesa de madeira com pranchas, recoberta com ferros e estava manchada de sangue.*

El Vesubio me traz certas recordações. Recordo-me da cidade de Pompéia, destruída no ano 79 d.C. As cinzas preservaram os edificios e, inclusive, os cadáveres de suas vítimas. Este Vesúvio, ano 1975 a 1978 d.C., também arrasou com vidas e bens dos detidos, impondo uma lógica do terror. Do terrorismo de Estado. Antes foi a lava, agora os Ford Falcon, que se estenderam por toda a Argentina.

Meu companheiro Leonardo, que era meu responsável no grupo em que militava, em um momento, antes da tortura, me disse que “hay que cortar la cadena”, não delatar a ninguém. Não reconhecer que éramos da União dos Estudantes Secun-

dários (UES) e, tampouco, Montonero. Devíamos fingir que não sabíamos nada de nada. O problema foi que algum dos detidos haviam reconhecido sua militância na UES. Enquanto nós tratávamos de convencê-los que não tínhamos nada que ver, que havíamos deixado a militância antes da ditadura.

Na sala de torturas me perguntavam pelo responsável do meu pelotão, porém, eu nunca dei nenhum nome. Os torturadores perguntavam com palavras próprias da militância, por isso, devíamos passar por ignorantes, para não pisarmos. Usavam palavras como “embute”, “pepas”, etc.

Posteriormente, fomos trasladados para a Villa Martelli, no Logístico 10. Meteramos em umas celas, custodiados por três recrutas e um sargento ou cabo. Aí pudemos tirar os capuzes. Aí aparecia o major Teslaf que fazia o papel de bonzinho, porém, depois, me interei que era um dos chefes do El Vesubio.

Através dos soldados, dado que havíamos feito certa amizade com eles, enviamos uma carta, clandestinamente, para nossos familiares, avisando que nos encontrávamos vivos. O recruta não podia dizer onde estávamos para evitar que sua vida corresse perigo e também a nossa. Seu nome era Horacio Sap.

Três companheiros: Mauricio Westein, Juan Carlos Martire e Gabriela Juarez Celman, que caíram dias antes de nós, continuam desaparecidos. Mediante Horacio Sap, recebíamos notícias de nossas famílias. Certa vez, escutamos uma conversa entre militares de alta patente na qual mencionavam que nos haviam dividido em grupos de quatro, em distintos quartéis. Desta forma, pudemos avisar nossas famílias que não sabíamos onde, porém, que todos estávamos vivos.

*Na realidade, durante o cativeiro, por mais de 40 dias, não dormimos. Era impossível dormir. Esquecer o que sucedia. Ter sonhos. O capuz te isola por completo, do mundo exterior. Por sua*

vez, há um outro detalhe sinistro, na raia com a maldade de outros seres humanos: os gritos, os uivos, os lamentos, os pedidos de piedade que gritam os torturados. Os insultos, as puteadas, “subversivo de merda ...”, “**bolche** (bolchevique) hijo de puta”, o Heil Hitler, **la patota** (grupo de pessoas violentas, multidão) que vem pisando-nos, **las palizas com puños** (ser agredido com socos), **patadas**, **ferros**, **contra nós**, **agrilhoados os tornozelos**, **almeçados e indefesos**.

Outra forma de resistir que tivemos, os companheiros: quando levaram o Leonardo à tortura (casa 2), o **acostaron en “la parrilla”** (o deitaram em uma cama para ser torturado com eletricidade) e o **empezaron a dar picana** (instrumento de tortura, fabricado na Argentina, para produzir descargas elétrica) **para que “cante” a la hermana** (para que confesse, delate). Em determinado momento, fizeram entrar Mauricio Westein e Juan Carlos Martire (estes companheiros continuam desaparecidos) e disseram que torturassem Leonardo. Como se negaram, os ataram no mesmo instrumento de tortura em que estava Leonardo e torturaram os três.

Havia três ou mais guardas que duravam vinte e quatro horas. Uma das guardas era comandada por “Fierrito” e sua turma. Este “Fierrito” gostava de escutar rock nacional (por exemplo, “Plegaria para un niño dormido” de Spinetta). Nós pensávamos como um filho da puta como este pode escutar este tema. Também dizia que gostava dos filmes de Ingmar Bergman. De vez em quando, costumava falar para nós de sua família, de seus filhos.

Outra guarda estava a cargo de “Pancho”. As vezes nos dava pão. Um dia nos conseguiu um cobertor felpudo, pelo frio que fazia, por consequência do inverno. Certo dia em que estávamos ao seu encargo, não nos trouxe pão. Então, começamos a pedir. Pancho respondeu dizendo que haviam seqüestrado o padeiro.

Certa vez, vieram os colaboradores (militantes de organizações políticas que, em seu momento, haviam sido seqüestrados e

que, durante a etapa do cativo, passaram para o bando dos militares). Dentre eles, havia um que se chamava “Lucho”. Este era médico. Nas operações de seqüestro ia com uma seringa que aplicava naqueles que tinham tomado comprimido de cianureto, para que o vomitasse. Os colaboradores habitavam o mesmo **chupadero** (Centro Clandestino de Detenção que ‘chupa’, abduz as pessoas), em uma dependência que chamavam de “Q” de Quebrados. O grupo que vimos no El Vesubio estava integrado por Lucho e por três mulheres. Uma delas, “La Negra”, também torturava com a **picana**.

Os colaboradores, em certa oportunidade, chegaram à casa 3. Logo após fazer-nos tirar o capuz, para que pudéssemos olhá-los, nos fizeram um tipo de averiguação. Queriam saber a classe social a que pertencíamos, a religião, a organização em que militávamos. Formuladas as perguntas, não as respondíamos, dado que não era mais do que um interrogatório, porém, sem picana. Ao poder olhá-los, constatamos que eles estavam bem vestidos e limpos. Além do mais, pediam que colaborássemos, enquanto falavam maldições sobre as conduções das organizações armadas. Diziam-nos que, em realidade, éramos idiotas úteis.

Assim que se passaram uns vinte dias de cativo, começamos a notar versões da parte de “Hueso” acerca de que nos considerava “perejiles”. Outra versão era a de que iríamos para uma “granja de reeducação”. Isto me dava um medo horrível porque, segundo eles, nos iriam lavar o cérebro para converter-nos em outras pessoas. O fato de transformarmos-nos em pessoas domesticadas por eles me despertava temor por alguma forma de escravidão mental, moral, física. Com o tempo, a novela “1984”, de Orwell, me recordou ditas sensações.

Outro grupo da guarda eram os nazis. Quando vinham, o faziam ovacionando Hitler, cantando uma canção que diz: “**¡Aí vem Adolfo pela rua, matando judeus para**

fazer sabão”<sup>5</sup>. Estes verdugos punham gravações onde se escutava a voz de Hitler e quando vinham buscar-nos nos golpeavam com toda a fúria, produzindo a ruptura dos ossos de alguns dos detidos. O problema de estar encapuzado é de não saber de onde procedem os golpes e, portanto, permanecer em um estado de total indefesa. Estes tipos se entusiasmavam obrigando-nos a fazer ginástica militar (corpo ao solo, saltos de rã, etc.), mantendo-nos algemados na parede, durante horas. Gritavam contra nós, no meio dos ruídos das cadeias e ameaçavam-nos com a picana se não cumpríssemos com a consigna. Efetivamente, se alguém não resistisse, com este tratamento, era levado à casa 2, onde se encontrava o quirófano. Ali se torturava pelo simples prazer de torturar. Com um total sadismo. Enquanto tudo isto se passava, escutávamos na televisão o Mundial de 78. Cada vez que um rival fazia um gol na Argentina era muito triste para nós, porque os verdugos descontavam moendo-nos a pau.

O banheiro da casa 3 não tinha porta, só uma cortina. Recordo que havia uma ducha que, em realidade, era um cano do qual saía a água gelada, e uma latrina para fazer nossas necessidades. Recordo-me que não havia papel higiênico, senão uma pilha de livros de Marx, de Lênin, da correspondência Perón-Cooke e de revistas como “El descamisado”, etc.

Devido à pouca alimentação, havíamos baixado de peso de forma considerável. Além do mais, o mesmo estado de debilidade fazia com que padecêssemos de alucinações e entrássemos em algum momento em transe. Recordo que rezava e que me recordava dos quarenta dias de jejum de Cristo. Os rapazes judeus rezavam para Jeová. A debilidade permitia que nos torturassem com mais facilidade e, inclusive, que oferecêssemos menos resistência. Perdemos tanto peso ao longo desses dias que, quando nos trasladaram ao quartel de Villa Martelli e me pude ver em um espelho, não me reconheci. Parecia outro, um cadáver vivente. Recordava-me

dos prisioneiros de Auschwitz. “Sempre assustam os espectros” (frase de Jorge Semprún).

Faz pouco tempo, voltei ao lugar onde estava o El Vesubio. Quando alguém chega, o primeiro que vê são as ruínas. O mesmo foi demolido, nos finais de 1978, pela ação da Comissão da OEA pelos Direitos Humanos. As ruínas do El Vesubio estão cercadas por arames farpados. O único problema é que não se pode ingressar adentro. Ali vive uma pessoa que impede o acesso ao lugar, ameaçando os organismos de direitos humanos e soltando uns cachorros de sua propriedade. Em uma oportunidade, pude entrar e reconheci uns ladrilhos vermelhos que pertenciam ao banheiro. Fecho os olhos e penso: restos do campo e do horror. Quando nos faz todos esperar, acorrentados, frente ao quirófano, escuto os gritos e os gemidos dos torturados, a música de chamamé, as vozes dos torturadores. Penso como será a tortura e se a vou agüentar. Quanto tempo passa. Impossível sabê-lo. O tremor de meu corpo e dos demais companheiros. O medo. Levam-me ao quirófano. Tiram-me o capuz. Luzes fortes que não me deixam ver. Uma voz potente. Reconheço que é a de “Vasco”. Pede-me que colabore. Agarram-me entre quatro pessoas. Tiram-me a roupa. Molham-me com um trapo com água e me atam com um cabo, no dedão do pé. Com outro cabo começam a dar máquina. O vazio. Não sei quanto tempo dura, em realidade. Sinto que me tiram a alma. Tiram-me o desejo. Arreventado. Levam-me às “cuchas”, junto com os demais companheiros. Certo dia, um companheiro que tomava um medicamento devido a um problema psicológico, padecia de delírios de perseguição, ao ficar sem o remédio e pedia, aos gritos, que o trouxesse. Nós pedíamos que ele se calasse para evitar reprimenda. No entanto, continuava gritando e solicitando o medicamento até que se escutava a

<sup>5</sup> “Ahí viene Adolfo por el callejón, matando judíos para hacer jabón”.

*voz de um repressor que diz: “De que te queixas? De teu delírio de perseguição? Mas já te agarramos...”.*

Cláudio Niro, sobrevivente do CCD “El Vesubio”

O relato revela claramente alguns dos dispositivos desenhados desde o sistema nos Centros Clandestinos de Detenção (CCD’s), utilizados pela ditadura militar Argentina, entre 1973 e 1983, para destruir a identidade, como pessoas, dos detidos. Privação de visão, limitação da mobilidade, aplicação de tormentos, falta de alimentos, condições climáticas extremas (frio ou calor), proibição de comunicação com outras pessoas, substituição do nome por um número, entre outras, são dispositivos que têm, principalmente, como foco de ação direta o corpo e a mente do detido. Estamos ante um novo modelo punitivo que utiliza elementos de sistemas repressivos anteriores. Por exemplo, a utilização de torturas físicas e a destruição do corpo são típicas da Idade Média. Enquanto que, a organização do tempo em rotinas que se repetem cotidianamente é característico das instituições disciplinares dos séculos XVIII e XIX.

Este artigo se propõe discutir, a partir de um nível teórico e de um outro corporal – isto é, a partir de experiências reais, sofridas por um dos autores – a arquitetura e a organização espacial dos Centros Clandestinos de Detenção, na Argentina, e seus efeitos sobre os corpos e mentes dos detidos.

A arquitetura e a organização do espaço nos CCD’s estão pensadas como ferramentas para garantir o funcionamento do poder. São estas estratégias que nos interessa discutir neste artigo, desenvolvendo uma visão arqueológica do problema. Para isso, partimos de uma dupla idéia de “Arqueologia”. Por um lado, como o estudo das pessoas desde a cultura material e, ao mesmo tempo, seguindo Foucault (1970:235), como:

A arqueologia não trata de restituir o que pôde ser pensado, querido, encarado, experimentado, desejado pelos homens no instante mesmo em que proferiram o discurso (...). Não é nada mais e nenhuma

outra coisa que uma reescritura, isto é, na forma mantida da exterioridade, uma transformação pautada do que tem sido e do que tem escrito. Não é a volta ao segredo mesmo da origem. É a descrição sistemática de um discurso objeto.

Desta maneira, se pensamos que a arqueologia é, em realidade, uma construção cultural do passado, esta pode transformar-se em uma ferramenta de luta política, destinada a enfrentar as “*master narratives*” (Johnson 1966) e/ou a “história oficial”. O investigador pode, assim, de maneira explícita, assumir uma posição ativa no processo de interpretação de um passado que já não é o verdadeiro, senão apenas uma interpretação (Shanks e Tilley 1987; Funari 1988, 1999).

Desde estas perspectivas, a cultura material está simbolicamente constituída (Hodder 1982). É produto e produtora de pessoas e de subjetividades (Andrade Lima 1999). Os objetos são considerados elementos ativos e dinâmicos e só podem ser interpretados dentro dos contextos históricos e sociais dos quais formam parte. Precisamente, no caso dos CCD’s, para se conseguir uma leitura de sua materialidade, necessitamos contextualizá-los. Desta maneira, dividimos o artigo em duas partes. Uma primeira, onde apresentamos uma síntese da história das instituições punitivas na sociedade ocidental e um panorama geral do funcionamento da repressão durante a ditadura Argentina. Na segunda parte, trabalhamos sobre um caso de análise específico, o CCD Club Atlético, a partir do qual discutimos a arquitetura e a organização espacial dos CCD’s.

## Instituições punitivas

Em “Vigiar e Punir” (1976), Foucault analisa o surgimento das instituições disciplinares entre os séculos XVI e XIX, estabelecendo uma relação direta entre as formas de repressão e o objeto punido. Este passa a estar centrado no corpo no século XVI, indo à alma e a mente, no século XIX. Nas palavras do autor, “*a prisão resitua o patíbulo*”. Esta mudança se reflete na aparição de toda uma série de dispositivos disciplinares dirigidos a gerar indivíduos dóceis, na mente e no-- corpo, através de instituições

de “ortopedia social”, tais como os colégios, as fábricas, os hospitais, os manicômios, os albergues para órfãos, as prisões, entre outras (Bentham 1786; Goffman 1974; Gaudemar 1981; Donzelot 1981). Paralelamente, a cidade também começa a ser organizada em função de uma série de parâmetros disciplinares – especialmente o vigiar, o controlar e o dominar – gerados desde o poder (King 1980; Markus 1993a, 1993b; Parker, Pearson e Richards 1996).

No caso da prisão, sua função é privar da liberdade como forma de castigo. Através da clausura se busca, não só punir a pessoa, senão que, este tempo possa ser utilizado para que o detido seja reformado. Precisamente, esta situação é a de que se encarrega esta instituição, a mais civilizada e humana de todas as penas. Como assinala Foucault, a prisão ao corrigir, ao modificar, ao tornar dócil e disciplinado o indivíduo, não faz mais do que reproduzir, de maneira acentuada, todos os mecanismos que se encontram no corpo social. A arquitetura destes lugares cria limites artificiais onde os corpos são confinados e controlados (Grahame 195, 2000; Zarankin 1999, 2000, 2002).

A partir de então e, ao longo do tempo, estas instituições têm se ampliado e se especializado. Escolas, segundo o tipo de educação e de classe de pessoas (crianças, adultos, atrasados, cegos, de classe baixa, de classe alta, etc.). Hospitais, para queimados, para crianças, para olhos, para problemas cardíacos, para o câncer, entre outros. No caso das prisões, durante os séculos XIX e XX, são criados institutos de detenção de menores, prisões de diversas seguranças (baixa, média e alta), campos de concentração, prisões psiquiátricas, cárceres em comissariados, entre outras.

A Argentina fez uma macabra contribuição a esta extensa lista: os Centros Clandestinos de Detenção (CCD), desenvolvidos durante o processo militar, entre os anos 1976 e 1983. Trata-se de um dispositivo repressivo que, se bem pôde contar com alguns antecedentes na história, só foi gerado de maneira massiva e sistemática durante a década de 1970. Este combina e maximiza as piores categorias de todas as instituições punitivas criadas até então. Sua função já não é deter

e corrigir, senão destruir e eliminar.

## O golpe militar

Em 24 de março de 1976, um golpe militar derrubou a presidenta Isabel Martínez de Perón (viúva do General J. D. Perón), sob a desculpa da incapacidade do Governo para controlar as ações dos chamados grupos “subversivos”, que intentavam impor, no país, uma ordem social oposta aos “costumes argentinos”. Assumiu o poder uma junta integrada pelo Tenente General Jorge Rafael Videla, pelo Almirante Emilio Maserá e pelo Brigadeiro General Orlando Agosti. Iniciou-se, assim, o autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, um dos períodos mais obscuros e sinistros da história argentina.

Políticas econômicas ultraliberais (Forrester 1995, 2000) foram instauradas sob a supervisão do ministro da economia José Martínez de Hoz, multiplicando exponencialmente a dívida pública e privada (esta última, posteriormente, estatizada). Para conseguir o êxito do novo plano econômico e a destruição de toda a resistência popular, o governo militar desenvolveu um projeto de aniquilamento físico de todas as instituições e/ou pessoas que se opunham a tal plano. Isto se realizou a partir de uma estrutura clandestina paralela, que incluía Centros Clandestinos de Detenção, pessoal Militar e Policial atuando como civil (sem identificação), seqüestros e assassinatos, entre outros.

A repressão, baseada em um plano perfeitamente estruturado, tinha, além do mais, como objetivo, submeter a população através do terror, impondo assim uma “ordem” sem oposição. Este plano criminoso incluía a “desaparição” de pessoas, mediante o mecanismo dos Centros Clandestinos de Detenção, nos quais se torturava e se mantinham cativas as pessoas consideradas “dissidentes”, antes de assassiná-las.

## A “desaparição” de pessoas

A “desaparição” foi a fórmula adotada pelos militares para eliminar opositores. Este procedimento, que incluía um léxico específico,

consistia, em primeiro lugar, em marcar uma pessoa ou “objetivo”, que logo era seqüestrada – “chupada” – por um comando paramilitar – “grupo de tarefas” ou “patota”. Era trasladada a um CCD ou “pozo”, onde, encapuzada – “tabicada” – era despojada de todos os seus pertences. Inclusive, o nome era suprimido e, em seu lugar, se lhe atribuía uma letra e um número que seriam a forma de identificá-la daí em diante. O detido, sem nenhuma garantia legal, ficava, assim, a mercê dos repressores. A “desaparição” das pessoas se completava com métodos que incluíam arrojá-las, ainda com vida, no Rio da Prata (com prévia aplicação de sedativos), desde aviões ou helicópteros militares ou mediante fuzilamentos e enterramentos em fossas comuns, sem nenhum tipo de identificação (Belleli e Tobon 1985; EAAF 1992; Doretto e Fondebrider 2001). Como assinala a Anistia Internacional, em seu informe sobre a desapareição de pessoas por motivos políticos: *“Devido a sua natureza, uma desapareição encobre a identidade de seu autor. Se não há preso, nem cadáver, nem vítima, então, ninguém, presumivelmente, é acusado de nada”*.

Milhares de pessoas, de todas as idades e ocupações foram seqüestradas e continuam desaparecidas. Uma comissão, constituída em 1983 – Conadep – constatou mais de 9.000 casos, enquanto que, por sua parte, os organismos de direitos humanos falam em mais de 30.000.

É necessário esclarecer, sem dúvida, que a desapareição de pessoas não foi um método exclusivo da ditadura pós-1976, porém, sim, sua instauração como modelo massificado de destruição da dissidência. Já desde os princípios da década de 1970, os grupos paramilitares conhecidos como Tríplice A, liderados pelo assistente pessoal do general Perón e, depois, ministro do Bem-estar Social, José López Rega, a utilizava como ferramenta repressiva.

## Os Centros Clandestinos de Detenção como “não-lugares”

Talvez pelo horror que produz recordar sua existência ou pela necessidade de alguns de negar

essa parte de nossa história recente, são poucos os estudos que discutem os centros clandestinos de detenção (Conadep 1984; Calveiro 2001; Barros 2001; Di Ciano et al 2001; Benítez et al 2002; Daleo 2002; Calvo 2002; Bozzuto, Diana, Di Vruno, Dolce e Vazquez 2004)<sup>6</sup>. Pilar Calveiro, em sua tese de doutorado (2001) analisa, desde sua condição de ex-detida desaparecida e também de cientista social, o fenômeno destes campos de concentração argentinos e os caracteriza como os “quirófanos”, onde se levaram a cabo as “cirurgias maiores”, consideradas necessárias, pelos militares, para a “salvação” da sociedade. Seguindo suas colocações, foi o ponto de partida para construir “uma nova sociedade, ordenada, controlada e aterrada” (2001:11).

“O campo de concentração aparece como uma máquina que cobra vida própria. A impressão é que, já ninguém pode detê-la. A sensação de impotência frente ao poder secreto, oculto, que se percebe como onipotente, joga um papel chave em sua aceitação e em uma atitude de submissão generalizada” (2001:12).

Calveiro destaca que os primeiros campos de concentração, na Argentina, começam a funcionar, todavia, durante o governo democrático de Maria Isabel Martínez de Perón, no momento de firmar-se a “Ordem de Aniquilamento” da subversão de 1975. Sem dúvida, só depois do golpe militar de 24 de março de 1976 é que a desapareição de pessoas e os campos de concentração se convertem nas modalidades repressivas por excelência. Durante a ditadura, funcionaram no país mais de 340 CCD’s. Sua magnitude foi variada e se estima que passaram por eles entre 1.500 a 20.000 pessoas, das quais 90% foram assassinadas (Calveiro 2001:29).

Um ponto interessante tem a ver com as fontes de inspiração dos CCD’s. Por acaso, seguem algum modelo? Calveiro não crê que os militares argentinos tenham se inspirado nos campos de concentração nazistas ou estalinistas. Simplesmente, reproduzem práticas de poderes totalizantes que incluem campos de concentração (2001:40). Cremos que uma fonte que deve ser

<sup>6</sup> É interessante mencionar o fato de que, praticamente, a totalidade das publicações sobre os CCD’s foram geradas pelos próprios sobreviventes destes campos.

explorada são os modelos empregados pelos militares franceses, na luta armada na Argélia, que incluía centros de detenção clandestinos, onde as pessoas eram torturadas e assassinadas. Não devemos esquecer que um importante número de altos oficiais argentinos recebeu treinamento militar de luta contra a subversão neste país europeu.

No CCD primam algumas das concepções iniciais de prisão do século XIX, isto é, o princípio do isolamento total do detido (tanto do mundo exterior como dos demais detidos). Como indica Foucault, “*a solidão é a condição primeira da submissão total ... o isolamento assegura o colóquio a sós entre o detido e o poder que se exerce sobre ele*” (1976:240).<sup>7</sup> Em algum sentido, se assemelha a um campo de concentração, já que ali são reunidos, isolados e retidos os “inimigos”. Sem dúvida, a diferença é que, enquanto que um campo de concentração é “um lugar” que se rege por convenções (ao menos deve fazê-lo segundo uma série de convenções internacionais que garantem algum respeito aos prisioneiros), o CCD não possui nenhuma – ao menos oficialmente – porque simplesmente não existe – institucionalmente. Sua condição de clandestino o outorga a vantagem da invisibilidade e da impunidade. O converte em um “não-lugar” para aqueles que se encontram dentro de seu espaço. Este “não-lugar” transforma seus ocupantes em “desaparecidos”, precisamente por que não estão em nenhum “lugar”, ou, ao menos, não se conhece sua localização.

Parte de sua invisibilidade se deve ao fato de que funciona dentro de outros edifícios. Em geral, não são construídos CCD’s. Se adapta parte ou totalidade de um edifício já existente para funcionar como tal (Conadep 1984:58). Precisamente, uma das coisas que mais estremeceu a sociedade argentina, assim que retornou a democracia, foi saber que, no edifício “vizinho”, ou “nesse que alguém passava todos os dias quando ia trabalhar”, havia funcionado um CCD. Ali haviam sido torturadas e assassinadas milhares de pessoas e grande parte das pessoas

não se havia dado conta do que ocorria por detrás dessas paredes.

## O funcionamento dos CCD

A organização e o manejo dos prisioneiros dentro de um CCD evidenciaram uma planificação sistemática. Torna inegável que se tratou de um plano criminoso, ideado para eliminar pessoas (Conadep 1984). Assim, existia uma seqüência de passos, relatada por Niro, na introdução, que começava com a chegada dos detidos. Eram desnudados e se lhes atribuía uma letra e um número que, a partir desse momento, se convertia em sua única identificação. Posteriormente, o “ablande”, que consistia em sessões de tortura sistemática, onde se encarregava de aprofundar este processo de destruição da identidade.

Por que esta ênfase em despojar os detidos de seus nomes e, portanto, de suas identidades? Se não há nomes – uma das características básicas de qualquer ser humano – não existem pessoas. Simplesmente, corpos anônimos que estão sujeitos aos dispositivos punitivos e burocráticos dessa estrutura repressiva. Sem identidade, o sujeito perde os laços com sua própria história, com seu passado. Transforma-se em um ser quebrado. Esta situação favorece a possibilidade de delatar companheiros ou de obedecer às ordens impostas.

Por sua parte, os repressores, se bem que tampouco utilizavam seus verdadeiros nomes dentro dos CCD’s, diferentemente dos detidos, tinham apelidos – Hueso, Angel, Gordo, Turco, Doctor K, Padre, Calculin, Raul, Karateca, entre outros. Essa transformação não só assegurava preservar sua verdadeira identidade diante dos detidos e, inclusive, em certos casos, de seus próprios colegas, senão transformá-los em pessoas diferentes. Ter múltiplas personalidades tais como bom pai e torturador sádico.<sup>7</sup> De igual maneira, os CCD’s recebem nomes simbólicos, que permitem a existência destes “não-lugares”. El Olimpo, Club Atlético, Vesubio, Garage Azopard, Talleres Orletti, entre outros.<sup>8</sup>

<sup>7</sup> Um bom exemplo disto é a obra de Eduardo Pavlovsky “O Senhor Galindez”.

<sup>8</sup> Estes centros têm nomes, não são números como hoje os comissariados. Existem? Também são demolidos. Também desaparecem? Maria Ximena Senatore (comunicação pessoal, 2005).

Os detidos podiam passar dias, meses, ou, inclusive, anos em um CCD. Até que se decidia se os “transladavam” – gíria que significava assassiná-los – ou se os branqueavam e passavam a ser presos comuns do serviço penitenciário. Durante a maior parte desse tempo, como foi anteriormente mencionado, permaneciam “entupidos”, isto é, encapuzados ou vendados, o que era outra forma de tortura.

“A tortura psicológica do capuz é tão mais terrível do que a física, ainda que sejam duas coisas que não se pode comparar, já que uma procura chegar aos umbrais da dor. O capuz procura o desespero, a angústia, a loucura. Encapuzado, tomo plena consciência de que o contato com o mundo exterior não existe. Nada te protege. A solidão é total. Essa sensação de desproteção, isolamento e medo é muito difícil de descrever. Só o fato de não poder ver, vai socavando a moral, diminuindo a resistência” (Lisandro Cubas, Conadep (1984:59).

Benítez, Enríquez e Di Ciano (2001:11) definem de maneira clara os resultados buscados por esta maquinaria do horror: “*A vida dentro do campo e as sessões de tortura estavam planejadas para chegar à destruição e denegrição do cativo*”. Ao mesmo tempo, existiam mecanismos implementados para evitar o suicídio dos prisioneiros, assim como as tentativas de fuga. Tais mecanismos eram diálogos dos repressores com os detidos, sobre suas famílias ou perguntas sobre planos quando deixassem o CCD.

“O responsável pelo Club Atlético era o Comissário Antonio Benito Firovanti, aliás, “Tordillo”, “Coronel” ou “De Luca”, que dedicava longas horas a falar com os seqüestrados. Os interrogava sobre suas famílias e, em torno dos planos que tinham se saíssem em liberdade. Esta política tinha um fim específico: criar falsas expectativas para reduzir as tentativas de suicídio e desalentar toda a idéia de fuga. Aqui se esboçou uma política que, em meados de 1978, se aperfeiçoou e se desenvolveu em outros campos” (Benítez, Enríquez e Di Ciano, 2001:11).

No CCD, apesar de sua clandestinidade, existia uma organização perfeitamente articulada que permitia o funcionamento desta máquina de desaparecimento, composta por diversos grupos:

#### Patotas

Grupos de tarefas, encarregados dos procedimentos orientados para seqüestrar pessoas.

#### Grupos de inteligência

Grupo que manejava a informação, selecionando as vítimas e orientando as torturas.

#### As guardas

Formavam o aparato de vigilância e de manutenção do CCD.

#### Os desaparecedores de cadáveres

Era o grupo que se encarregava do assassinato e da deposição final dos corpos.

Para Calveiro, esta divisão de tarefas tinha como objetivo que ninguém se sentisse como único responsável. O dispositivo consistia, ao mesmo tempo, em despojar os detidos de sua condição de pessoas e gerar uma cadeia ou engrenagem que garantisse o funcionamento automático dessa maquinaria de destruição. Como uma cadeia de montagem fabril, “*tudo adotava a aparência de um procedimento burocrático*” (2001:39).

## **O Club Atlético**

O caso do Club Atlético – CA – se apresenta como relevante para se discutir estas questões por sua história particular (Benítez, Enríquez e Di Ciano 2001). Sabemos que foi produto da dissolução e traslado de outro CCD “Garage Azopardo”, que funcionou entre 1976 e 1977, a poucas quadras de distância, no mesmo bairro. Posteriormente, no momento de desativação do CA, em finais de 1977, sua infra-estrutura e os detidos que ali se encontravam foram relocados em um CCD chamado de “El Banco”, que foi criado para, especificamente, tal finalidade. Finalmente, foi instituído um novo CCD, um dos mais conhecidos, cujo triste e célebre nome foi “El Olimpo” (1978-1979).

Nome do CCD	Data de funcionamento
Garage Azopardo	Agosto de 1976 – Fevereiro de 1977
Club Atlético	Fevereiro de 1977 – Dezembro de 1977
El Banco	Dezembro de 1977 – Agosto de 1978
üüüü	Agosto de 1978 – Janeiro de 1979

O Club Atlético, cujo nome, em realidade, era “Centro Anti-subversivo” (Club Atlético foi uma derivação das iniciais CA), funcionava no sótão de um depósito de abastecimento da Polícia Federal, na cidade de Buenos Aires, entre as ruas Paseo Colón, Cochabamba, San Juan e Juan de Garay. Sabe-se que, por ele, passaram ao redor de 1500 pessoas, a maioria das quais permanece desaparecida. Tinha a capacidade para manter, ao mesmo tempo, 200 detidos. O edifício foi demolido em 1977, já que se encontrava no traçado da auto-estrada 25 de Mayo.

## O projeto arqueológico

No ano de 2003 é tornado público, pelo Governo da Cidade de Buenos Aires, um concurso de projetos para escavar os restos deste lugar.<sup>9</sup> Nossa proposta foi selecionada (Bianchi Villeli e Zarankin 2003a). O projeto se chamou “*Arqueologia como memória: intervenções arqueológicas no Centro Clandestino de Detenção e de Tortura ‘Club Atlético’*”.

Os objetivos do projeto podem ser resumidos em dois pontos principais. Por um lado, buscamos entender a lógica do funcionamento e da organização espacial da arquitetura deste dispositivo desaparecedor de pessoas. Por outro, o segundo objetivo foi de contribuir com a construção de uma memória material. Isto é, transformá-la em algo físico, para assim poder ser percebida, de diferentes maneiras, a palavra (oral ou escrita). Uma memória que pode ser tocada, ouvida, experimentada. Como exemplo, podemos mencionar como uma simples bolinha de ping-pong<sup>10</sup>, recuperada durante as escava-

ções, pode se transformar em um símbolo do sofrimento daqueles que foram torturados neste lugar. Como assinala Delia Barrera (2002:4), sobrevivente do Club Atlético:

O que pensariam os que jogavam ping-pong, em frente à **leонера**<sup>11</sup> enquanto que nós éramos torturados, desta bolinha que acabamos de encontrar debaixo do elevador de cargas?

Devemos considerar que a história da repressão ilegal durante a ditadura militar tem sido ocultada ou contada através de uma “versão oficial”. A escavação do Club Atlético, então, é uma forma de recuperar a memória e, através dela, contrapor-se à história que nos foi transmitida. Tratou-se de um projeto que contemplou a participação de sobreviventes e de familiares dos detidos no próprio centro de detenção Club Atlético. Foi uma forma de reapropriação de sua própria história, que, de alguma maneira, é a de todos.

## A organização do espaço no Club Atlético

Não foram localizadas plantas que possam dar conta de como era realmente a organização espacial deste CCD. Tampouco puderam ser confeccionadas a partir dos restos deste lugar. Mais de 80% de sua superfície encontra-se, todavia, sem ser escavada (e grande parte dificilmente poderá ser estudada, já que implica demolir a auto-estrada que passa por cima). Por tal motivo, trabalhamos tomando como base os relatos e uma planta gerada pelos próprios sobreviventes - em função de suas recordações<sup>12</sup> (Benítez, Enríquez e Di Ciano 2001:10). Posteriormente, foi contrastada com os espaços do centro que foram escavados, mostrando que existe uma concordância importante entre ambos.

### Exemplos de relatos

<sup>9</sup> Com anterioridade, aconteceram trabalhos de escavação coordenados pelo Lic. Marcelo Weissel (Weissel 2002; Barrera 2002).

<sup>10</sup> Trata-se de uma bolinha de ping-pong com a qual os torturadores se entretinham enquanto os presos eram torturados.

<sup>11</sup> Cela comum onde, em geral, eram colocadas as mulheres grávidas.

<sup>12</sup> Este mesmo procedimento de reconstrução de CCD’s foi empregado em outros centros, como assinala o informe da Conadep (1984:60): “Foi determinante a memória corporal dos detidos. Quantas escadas deviam subir-se ou descer-se para ir à sala de tortura. Quantos passos devia-se contar para ir ao banheiro, quantos estalos, que giro ou qual velocidade produzia o veículo no qual eram transportados ao entrar ou sair do CCD, etc”.

Delia Barrera (em Benítez et al. 2001:10)

Descrição: “A dependência contava com dois níveis. Ao primeiro, se acedia por uma porta de vidro. Ali havia uma repartição, na qual, se podia observar 2 escritórios, máquinas de escrever e um telefone ...

O subsolo carecia de ventilação e de luz natural. Era muito úmido e calorento. Ingressava-se por uma estreita escada que levava a uma sala munida de uma mesa de ping-pong que os repressores usavam para jogar. Ao fundo, uma sala da guarda, duas celas para incomunicáveis, uma peça de torturas e “la leonera”, um aposento com piso de cimento, dividido em boxes, com uma parede de um metro de altura.

Completava a estrutura, 41 celas pequenas, numeradas, com catres de cimento, munidos de um colchão fino de espuma e de um cobertor. As portas tinham uma pequena abertura. No piso, havia um frasco com **lavandina** (água sanitária), no qual deviam urinar os seqüestrados.

Os automóveis entravam pelo Paseo Colón. Os vizinhos de então puderam observar que, detrás do portão de acesso, havia uma cortina escura que fechava depois que passavam os veículos. Assim que saiam dos carros, os prisioneiros eram empurrados para uma escada até o subsolo ...”

Conadep (1984: 90)

Descrição:”*Primeiro nível: salão azulejado, portas de vidro, um escritório grande e outro pequeno. Neles se identificava e se atribuía um número para cada detento. Acesso dissimulado para o subsolo.*

Subsolo: sem ventilação e nem luz natural. Temperatura entre 40 a 45 graus no verão. Muito frio no inverno. Grande umidade. As paredes e o piso vertiam água continuamente. A escada levava a uma sala munida de uma mesa de ping-pong que

os repressores usavam. Ao fundo, uma salinha da guarda. Duas celas para incomunicáveis. Uma sala de torturas e outras para enfermaria. Cozinha, lavadouro e duchas. Estas com uma abertura que dava a superfície externa por onde os guardas observavam o ânus das mulheres. Outro setor para depositar o botim de guerra.

Cela chamada “la leonera”, com tabiques baixos, que separavam os boxes de 1,60m x 0,60m. Em um setor, 18 celas, em outro 23. Todas de 2m x 1,60m e uma altura entre 3m e 3,50m. Três salas de torturas, cada uma com uma pesada mesa metálica. Colchões pequenos de espuma, manchas de sangue e de transpiração”.

### Análise da planta do Club Atlético<sup>13</sup>

Para aprofundar nossa leitura da arquitetura e da organização do espaço do Club Atlético, utilizamos como ponto de partida a planta produzida pelos próprios detidos. É analisada a partir de uma série de modelos gerados desde a arquitetura e das ciências sociais<sup>14</sup>. Entre estes, o modelo Gamma de Hillier e Hanson (1984) e os índices de Blanton (1994).

O modelo Gamma dos arquitetos ingleses Hillier e Hanson permite decompor o edifício em uma série de gráficos para entender a organização de seu espaço. Como resultado deste, obtivemos um gráfico de sua estrutura, composta por nodos (que representam espaços) e por conexões (que são as portas que conectam um nodo (ou espaço) com outro).

Por sua parte, o arqueólogo Richard Blanton (1994), tomando por base o modelo Gamma, construiu uma série de índices que possibilitam afinar e aprofundar a análise da estrutura arquitetônica. Estes índices são denominados de “escala” (mede o tamanho da estrutura), de “integração” (estabelece o tipo de comunicação e de circulação dentro da estrutura) e de

<sup>13</sup> As figuras contidas no artigo original (ver nota de rodapé n.1) foram retiradas por exigência das normas de publicação desta REID e a adaptação do texto, sem as figuras foi feita por Danilo Cymrot e Inês Soares.

<sup>14</sup> Estes modelos já foram aplicados com êxito em outras estruturas arquitetônicas (Zarankin 1999, 2002).

“complexidade” (permite ver a distribuição e o isolamento dos espaços).

Nota-se a existência de um alto grau de compartimentalização do espaço (índice da escala – 59 nodos ou espaços) demonstra que o mesmo é dividido de tal maneira que permite maximizar elementos de isolamento, tais como celas, salas de interrogatório e de tortura. Esta estrutura revela, ao mesmo tempo, a necessidade do centro de gerar um espaço celularizado e panóptico como eixo para seu funcionamento. Por sua parte, o índice de integração – em conjunto com os índices de complexidade<sup>15</sup> - evidenciam, de maneira indiscutível, que estamos ante espaços não distributivos e de alto grau de isolamento. Este tipo de estrutura é típico de instituições disciplinares e autoritárias, onde existe um espaço de circulação controlado e regulado.

A aplicação destes modelos permite observar, como sendo elemento organizativo do espaço, um parâmetro de maximização e de operatividade dos procedimentos repressivos. Funciona como base desta estrutura uma circulação restringida e controlada, além de um profundo isolamento dos ambientes. Por outra parte, o espaço do “CA” pode ser dividido em dois eixos. Um setor superior (que ocupa aproximadamente uns 20% da superfície total), que podemos denominar de centro burocrático do CCD. Existe outro, posterior, que aloja os prisioneiros e onde se localizam as salas de tortura. Esta organização divide e classifica as pessoas dentro do mesmo, delimitando espaços de circulação e de permanência dos detidos.

Creemos que a instalação de salas de tortura, em um espaço central, entre os calabouços, permite, por um lado, minimizar o traslado dos detidos no espaço. Ao mesmo tempo, seus gritos podem ser ouvidos por aqueles que, nesse momento, estão nas celas.

Existe também um elemento simbólico associado à organização do espaço. Assim, à medida que se avança para o interior do CCD, o nível de suplício vai aumentando. Imaginemos que o prisioneiro não pode ver, porém, sim, experimen-

ta estes espaços através dos sentidos. Os cheiros de corpos e dos fluidos humanos, a umidade e a falta de ventilação no subsolo, o calor e o frio, os gritos e choros dos outros detidos, a dureza das paredes e do piso – onde eram colocados. Trata-se de uma estrutura para ser percebida de maneiras alternativas à visão, através de sentidos como o tato, a audição e o olfato. Seu centro, seu coração, é a sala de tortura. De alguma maneira, representa a materialização do sadismo com que foi projetado o CCD.

Os corpos dos detidos, ao estarem imobilizados, atados ou algemados nas paredes e nos pisos, isolados e impedidos de comunicarem-se com os demais, privados de seus nomes, transformam-se em parte da própria arquitetura dos CCD's. Esta estrutura repressiva absorve a essência das pessoas, transformando-as em meros objetos sobre os quais atuam os dispositivos do poder. Pensemos que a existência “social” de qualquer pessoa está diretamente relacionada com a possibilidade de interagir com outros, de reconhecer e ser reconhecida. O CCD, através destes elementos, busca destruir a identidade dos prisioneiros. Esta negação do social gera o que poderíamos denominar de um processo de construção de “não-pessoas” – a pessoa vai desaparecendo simbólica e fisicamente.

## Conclusões

*“Os monstros existem. Porém, são demasiado pouco numerosos para serem verdadeiramente perigosos. Os que são realmente perigosos são os homens comuns”* (Primo Levy, *La tregua*, Barcelona, 1988).

Nosso interesse pela arquitetura e pela organização espacial dos CCD's se entende ao pensar que brindam a possibilidade de materializar uma ideologia. Precisamente, ao transformá-la em algo material, a torna “real”, para, dessa maneira, transmitir seus valores e seus significados por meio de discursos que podemos denominá-

<sup>15</sup> Neste caso, 4,5 representa a média dos espaços necessários para aceder ao primeiro plano do edifício (que, por sua vez, tinha, provavelmente, outros 4 ou mais espaços que o distanciavam da rua).

los de não-verbais (Fletcher 1989; Monks 1992). Pensemos que, cotidianamente, nossos corpos decodificam, inconscientemente, discursos invisíveis, simplesmente, ao circularem dentro de qualquer estrutura arquitetônica (Markus 1993a, 1993b; Grahame 1995, 2000; Zarankin 1999, 2002).

No caso dos CCD's, a arquitetura e a organização espacial representam um tipo de linguagem alternativa para transmitir mensagens de outra forma, mais palpável do que a da palavra falada. A Arqueologia como disciplina especializada na cultura material brinda a possibilidade de discutir esses discursos, assim como as ideologias representadas nas paredes (Leone 1977, 1984; Funari 1988; Andrade Lima 1999).

Os centros clandestinos de detenção são, ao mesmo tempo, dispositivos de poder destinados a destruir corpos e mentes. São metáforas materiais que codificam discursos autoritários. Sua análise revela o plano sistemático de aniquilação de toda a dissidência gerada desde o governo militar.

O estudo da materialidade dos CCD's se transforma, assim, em um instrumento de construção de uma história negligenciada, de materialização de um dispositivo central desaparecedor de pessoas. Como assinala George Bataille (1992:117), "*Architecture is the expression of the very being of societies*". Assim, entendendo os CCD's como "monumentos" que representam a ditadura militar, poderemos conhecer mais sobre a perversidade e o sadismo das pessoas e das ideologias que formaram parte deste sistema.

## Bibliografia

ANDRADE LIMA, T. El huevo de la serpiente: Una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XIX. In ZARANKIN, A. & ACUTO, F. (eds.) *Sed Non Satiata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires: Del Tridente, pp. 189-238, 1999.

BARRERA, D. Desenterrando el horror...para hacerlo memoria. *Revista de la Asociación de Ex-Detenidos Desaparecidos*, Buenos Aires, n. 2, vol. 6, pp. 4-5, 2002.

BATAILLE, G. *Against Architecture: Writings of George Bataille*. Cambridge/Massachusetts/Londres: MIT Press, 1992.

BELLELLI, Cristina & TOBIN, Jeffrey. Archeology of the desaparecidos. *SAA Bulletin* 14 (2), 1985.

BENÍTEZ, M.; ENRÍQUEZ, Z. & DI CIANO, L. El club Atlético. *Revista de la Asociación de Ex-Detenidos Desaparecidos*, Buenos Aires, n. 1, vol. 2, pp. 11-8, 2001.

BENTHAM, J. *El Panóptico*. México: Premia, 1786.

BLANTON, R. *Houses and Households*. Nova York: Plenum Press, 1994.

BIANCHI VILLELLI, M. & ZARANKIN, A. *Arqueología como memoria: intervenciones arqueológicas en el Centro Clandestino de Detención y Tortura "Club Atlético"*. Plan de Trabajo aceptado por la Comisión de Trabajo y Consenso del Proyecto "Recuperación de la memoria del Centro Clandestino de Detención y Tortura Club Atlético". Dirección General de Derechos Humanos/Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Arqueología como memoria: Intervenciones arqueológicas en el Centro Clandestino de Detención y Tortura "Club Atlético"*. Informe de avance (bimestre Julio/Agosto) presentado a la Comisión de Trabajo y Consenso del Proyecto "Recuperación de la memoria del Centro Clandestino de Detención y Tortura Club Atlético". Dirección General de Derechos Humanos/Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2003b.

BOZZUTO, Damian L.; DIANA, Anabella N.; DI VRUNO, Antonella L.; DOLCE, M. Vanina & VAZQUEZ, Viviana M. "Mansión Seré": debates y reflexiones. Río Cuarto, Resumos do XV Congreso Nacional de Arqueología Argentina, 2004.

CALVO, A. L Academia de la Bonaerense. *Revista de la Asociación de ex-detenidos desaparecidos*, Buenos Aires, n. 2, vol. 6, pp. 9-12, 2002.

- CALVEIRO, P. *Poder y desaparición: Los campos de concentración en la Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2001.
- CONADEP. *Nunca Más; Informe de la Comisión Nacional Sobre la Desaparición de Personas*. Buenos Aires: Eudeba, 1984.
- DALEO, G. Escuela de Mecánica de la Armada; “Esto no tiene límites”, Jorge Acosta dixit. *Revista de la Asociación de Ex-Detenidos Desaparecidos*, Buenos Aires, n. 1, vol. 5, pp. 9-14, 2002.
- DI CIANO, L.; BENÍTEZ, M. & ENRÍQUEZ, Z. Cerca de Casa, los dueños de la vida. *Revista de la Asociación de Ex-Detenidos Desaparecidos*, Buenos Aires n. 1, vol. 3, pp. 9-13, 2001.
- DONZELOT, J. Espacio cerrado, trabajo y moralización. In *Espacios de Poder*. Madrid: La Piqueta, 1981.
- DORETTI, M. & FONDEBRIDER, L. Science and Human Rights: Truth, Justice, Reparation and Reconciliation: A long way in Third World countries. In BUCHLI, V. & GAVIN, L. (eds.) *Archaeologies of the Contemporary Past*. Londres: Routledge, 2001.
- EQUIPO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA FORENSE (EAAF). Excavando la violencia: arqueología y derechos humanos en el Cono Sur. In POLITICS, Gustavo (ed.) *Arqueología en América Latina, hoy*. Bogotá: Biblioteca Banco Popular, pp. 160-6, 1992.
- FLETCHER, R. The Messages of Material Behaviour: a Preliminary Discussion of Non-verbal Meaning. In HODDER, I (ed.) *The Meaning of the Things*. Harper Collings, pp. 33-9, 1989.
- FORRESTER, V. *El horror económico*. México: Fondo Económico de Cultura, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Una extraña dictadura*. México: Fondo Económico de Cultura, 2000.
- FOUCAULT, M. *La arqueología del saber*. México: Siglo XXI, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Vigilar y castigar: El nacimiento de la prisión*. México: Siglo XXI, 1976.
- FUNARI, Pedro P. A. *Arqueologia*. São Paulo: Ática, 1988.
- \_\_\_\_\_. Lingüística e arqueologia. *Delta*, São Paulo, vol. 15, n. 1, pp. 161-76, 1999.
- GAUDEMAR, J. P. Preliminares para uma genealogia de las formas de disciplina en el proceso capitalista de trabajo. In *Espacios de Poder*. Madrid: La Piqueta, 1981.
- GRAHAME, M. *The House of Pompeii: Space and Social Interaction*. Gran Bretaña: Southampton University/Faculty of Arts/Department of Archaeology, Tese de doutorado, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Reading Space: Social Interaction and Identity in the Houses of Roman Pompeii*. Bar, International Series 886, 2000.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- HILLIER, B. & HANSON, J. *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HODDER, I. *Simbols in Action*. Londres: Cambridge University Press, 1982.
- JOHNSON, M. *An Archaeology Of Capitalism*. Oxford: Blackwell, 1996.
- KING, A. (ed.). *Buildings and Society: Essays on the Social Development of the Built Environment*. Boston: Routledge/Keagan Paul, 1980.
- LEONE, M. The New Mormon Temple in Washington DC. In FERGUSON, L. (ed.) *Historical Archaeology and the Importance of Material Things*. Arizona: Society for Historical Archaeology, Special Publication Sereies, n. 2, pp. 43-61, 1977.
- \_\_\_\_\_. Interpreting Ideology in Historical Archaeology: the William Paca Garden in Annapolis, Maryland. In MILLER, D. & TILLEY, C. (eds.) *Ideology, Power and Prehistory*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 25-35, 1984.
- MARKUS, T. *Buildings and Power; Freedom and Control in the Origin of Modern Buildings Types*. Oxford: Blackwell, 1993a.
- \_\_\_\_\_. Buildings as social objects. In FARMER, B. & LOUW, H. (eds.) *Companion to*

*Contemporary Architectural Thought*. Londres: Routledge, pp 15-20, 1993b.

MONKS, G. Architectural Symbolism and Non-verbal communication at Upper Fort Garry. *Historical Archaeology*, 26 (2), pp. 37-57, 1992.

PARKER PEARSON, M. & RICHARD, C. (eds.) *Architecture and Order: Approaches to Social Space*. Londres: Routledge, 1994.

SHANKS, M. & TILLEY, C. *Reconstructing Archaeology*. Londres: Routledge, 1987.

WEISSEL, M. "Informe Final Investigación Arqueológica". Informe presentado para a Secretaría de Obras y Servicios Públicos. Gobierno de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2002.

ZARANKIN, A. Casa tomada: sistema, poder y vivienda doméstica. In ZARANKIN, A. & ACUTO, F. (eds.) *Sed Non Satiata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires: Del Tridente, pp. 239-72, 1999.

\_\_\_\_\_. Arqueología de la arquitectura. Another brick in the wall. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2000, no prelo.

\_\_\_\_\_. *Paredes que domesticam. Arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires*. Campinas: Unicamp/Centro de Historia da Arte e Arqueologia, 2002.